

4. ANULAÇÕES E REGULARIZAÇÕES DE FATURAS E GUIAS DE RECEBIMENTO EFETUADAS NO 2º TRIMESTRE DE 2020:

Da **DMG-DF-Departamento de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita**, submetendo à consideração do Executivo as anulações e regularizações de faturas e guias de recebimento efetuadas no 2º trimestre de 2020.

INFORMAÇÃO Nº I/35108/2020

Assunto: Faturação - Anulações e regularizações de faturas e guias de recebimento efetuadas no 2.º trimestre de 2020.

Considerando que:

1. Após a emissão de faturas e guias de recebimento nas aplicações do Sistema Integrado de Gestão da Faturação, ocorrem determinadas situações que obrigam à sua anulação ou regularização, designadamente quando se trata de erro ou omissão na emissão da fatura pelo Utilizador ou quando surgem acontecimentos ou factos posteriores à emissão da fatura, que não podiam ser previstos no momento dessa emissão, e que implicam a necessidade de corrigir elementos (ex.: alteração da titularidade do registo; correção de medidas e ou localizações dos factos que deram origem à fatura; deferimento de reclamações que implicam a revisão da liquidação/faturação);
2. A Norma de Controlo Interno para o Município de Braga estatui:
 - No artigo 44.º *“As guias de recebimento podem ser inutilizadas com devida fundamentação. Atendendo ao princípio da segregação das funções, não devem ser os serviços emissores a anular as guias de recebimento que*



emitem. Tal função cabe à Divisão de Contabilidade (DC), mediante informação dos respetivos serviços."

- No artigo 45.º *"A anulação da receita é da responsabilidade da Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada do seu Presidente. A guia de anulação da receita é emitida na Divisão Financeira, sendo conferida e arquivada na DC".*
3. O procedimento adotado nestas situações, por razão de operacionalidade e de eficiência dos Serviços, é distinto do definido na Norma de Controlo Interno;
4. O procedimento prosseguido é o estatuído nas informações n.º I/70/DF/2017 e I/121/DF/2017, informações aprovadas pela Câmara Municipal, em 3/07/2017, nomeadamente:
- A anulação de fatura, na situação de não paga, é possível de executar no próprio dia por cada serviço emissor, sempre que o lapso é detetado nesse mesmo dia. Quando o lapso é detetado em dia posterior ao da emissão, a anulação da fatura é efetuada através do mecanismo de regularização, emitindo-se nota de crédito, pela Divisão Financeira (DF), mediante pedido justificado do serviço emissor".
 - Na situação de faturas pagas, isto é, com Guias de Recebimento emitidas, estas faturas poderão ser regularizadas pela DF, mediante nota de crédito, posteriormente a ter-se verificado a anulação da Guia de Recebimento na Tesouraria. A anulação desta Guia de Recebimento pode ser efetuada por Utilizador com permissões de administrador ou pelo Tesoureiro Municipal.
5. No 2.º trimestre de 2020 foram anuladas e /ou regularizadas as faturas e guias de recebimento que constam dos quadros em anexo:
- a) Quadro I – Faturas anuladas no montante de 179 039,81€.
Este valor é excessivo em virtude de se ter sido anulada uma fatura, fatura n.º 014/4238, no valor de 141.534,62€. A fatura foi substituída por outra no valor de 143.536,08€ (fatura n.º 017/4239);
 - b) Quadro II – Notas de Crédito emitidas no montante de 29 956,28€;
 - c) Quadro III – Guias de Recebimento anuladas no montante de 2 629.087,95€.
Foram anuladas duas guias de recebimento, guia de recebimento n.º 02/191 e 02/197, que totalizam 2 621.151,65€. Estas guias de recebimento foram



BRAGA
Município

DIVISÃO DE CONTROLO FINANC. E ARRECADAÇÃO DE REC.

substituídas pelas guias n.ºs 02/192, 02/193, 02/198 e 02/199, totalizando o mesmo valor.

Coloca-se à consideração superior a submissão da presente informação à Reunião da Câmara Municipal, para validação da faturação anulada e regularizada efetuada no 2.º trimestre de 2020.

A Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita